

INICIATIVAS DE INOVAÇÃO SOCIAL NO BRASIL NA COVID-19 E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

CAROLINA BELTRÃO DE MEDEIROS
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

HIGOR ARAUJO DE ALMEIDA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Introdução

Os impactos sociais, políticos, econômicos e culturais motivados pela pandemia da COVID-19, que ampliaram os índices de desigualdade social no Brasil, impuseram compulsoriamente um crescimento de iniciativas sociais e iniciativas de inovação social, a fim de traçar alternativas para as demandas mais urgentes da população. Possuindo caráter de novidade e com potencial de aplicabilidade duradoura, é possível identificar nestas ações características com potencial de inovação social, evidenciando a importância da análise de iniciativas de inovação social durante a pandemia da COVID-19 no Brasil.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Diante das relações entre tais acontecimentos na sociedade civil brasileira, das iniciativas realizadas por meio de mobilização social e das perspectivas de análise do conceito de inovação social, esta pesquisa propõe apresentar as contribuições de iniciativas de inovação social no Brasil para o aperfeiçoamento de programas federais existentes, considerando o cenário da pandemia de COVID-19. Assim, é oportuno questionar: “Em tempos de pandemia de COVID-19, quais as contribuições das iniciativas de inovação social para o aperfeiçoamento / formulação de políticas públicas / programas sociais?”.

Fundamentação Teórica

As principais características de inovação social se baseiam em processos de articulação adaptativa, que apresentam uma novidade na resolução de problemas sociais não respondidos nem pelo Estado e nem pelo mercado, além de projetar a prática social por meio do aproveitamento participativo dos protagonistas sociais, e também de recursos de governança e de empoderamento destes sujeitos, mobilizando uma capacidade de mudanças sociais duradouras. A elaboração de políticas públicas coadunadas à iniciativas de inovação social podem criar maior legitimidade democrática e precisão das ações federais.

Metodologia

A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, com uma análise de caráter exploratório e descritivo, realizando um levantamento de dados a partir de levantamento bibliográfico e de análise de dados de bases secundárias, provenientes de fontes como sites do Governo Federal referentes à programas sociais, sites de instituições científicas como a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, além de sites de Organizações Não-Governamentais e demais grupos e associações da sociedade civil com caráter social, além de suas respectivas redes sociais.

Análise dos Resultados

Identifica-se que estratégias propostas pela sociedade civil a fim de gerir as crises agravadas pela pandemia, como os exemplos da comunidade de Paraisópolis e do Complexo da Maré, apresentam potencial para contribuir com políticas públicas de caráter federal a fim de enfrentar instabilidades socioeconômicas que impactam a população em vulnerabilidade social no Brasil. A integração destas iniciativas em modelos institucionalizados, no entanto, precisam ser acompanhadas com o decorrer das ações aplicadas pelo Governo Federal.

Conclusão

Com a contribuição das iniciativas de inovação social atualmente tendo como foco a melhoria do bem-estar social, em um processo de participação de atores sociais que ao mesmo tempo são agentes e beneficiários, entende-se que o surgimento de ações federais que contribuam com a legitimação destas práticas seja maior do que o contínuo surgimento de problemas enfrentados pela sociedade civil diante do contexto pandêmico, reforçando assim reforçar o papel do Estado na garantia dos direitos básicos da população.

Referências Bibliográficas

CLOUTIER, J. Qu'est-ce que l'innovation sociale? In: Collection Études théoriques – no ET0314. Cahier du CRISES, 2003. ENAP – Fundação Escola Nacional de Administração Pública. Inovação Social para Aperfeiçoamento de Políticas Públicas. Módulo 1: Inovação social, políticas públicas e sustentabilidade. Brasília: 2019 FIOCRUZ. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT). MonitoraCovid-19. Rio de Janeiro, 2020b. Disponível em: . Acesso 22 jul 2021. MULGAN, G. The process of social innovation. Talgore -- LLC, 2006.

Palavras Chave

COVID-19, Inovação social, Políticas públicas

INICIATIVAS DE INOVAÇÃO SOCIAL NO BRASIL NA COVID-19 E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O APRIMORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

INTRODUÇÃO

Desde a notificação dos primeiros casos do Novo Coronavírus, em novembro de 2019, na cidade de Wuhan, província central da China, até a propagação do vírus em âmbito global, a partir de 2020, os aspectos de normalidade do convívio social foram drasticamente afetados mundialmente, criando desafios rotineiros de adaptação nas relações interpessoais, uma vez que o principal meio de transmissão da doença se dá pelo contato direto com indivíduos infectados com o vírus, que se dissemina pelo ar e possui alta taxa de contaminação e mortalidade (MONTEIRO, 2020). Consequentemente, os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais mundiais também foram afetados diante da imprevisibilidade causada pelas novas condições de convivência com a doença, que demanda um contínuo distanciamento social, além de medidas sanitárias de cuidado pessoal e coletivo.

No Brasil, o primeiro caso registrado do Novo Coronavírus ocorreu em fevereiro de 2020, seguido por casos esporádicos em vários estados do país (BRASIL, s.d.a.). Nos meses posteriores, diversas medidas foram adotadas de forma autônoma pelos estados para que houvesse a contenção do avanço do vírus, guiadas pelas recomendações da Organização Mundial de Saúde – OMS, como o fechamento do comércio não essencial, templos religiosos, escolas e universidades, além de demais áreas públicas e privadas.

Com o decorrer do ano, o cenário se tornou mais crítico por conta da grande pressão do setor econômico pela movimentação do mercado, pelo relaxamento e/ou não adesão no cumprimento de medidas protetivas, e também pelo surgimento de novas variantes do vírus, como as mutações P.1, B.1.1.7 e B.1.617 (também conhecidas como variantes Gama, Alfa e Delta, respectivamente) (MENEZES, 2021), que promoveram maior risco de contágio e mortalidade na população, assim como uma maior tensão no sistema de saúde público e privado (LIMA *et al.*, 2020). Entre esses e demais fatores, o 1º trimestre do ano de 2021 foi encerrado com o aumento dos índices de desigualdade social no Brasil, aumento dos índices de insegurança alimentar, além da piora na totalização de casos de contaminados e óbitos decorrentes do Novo Coronavírus, além dos baixos números nacionais na aplicação de vacinas contra a COVID-19 (FIOCRUZ, 2021a; MORENO *et al.*, 2021; SOARES, 2021).

Diante deste cenário de pandemia, o Governo Federal lançou medidas como a criação de um Auxílio Emergencial e a distribuição de cestas básicas para comunidades tradicionais como forma de minimizar os impactos sofridos principalmente pela crescente população em vulnerabilidade social (BRASIL, 2020b). Além disto, ações de âmbito estadual e municipal também foram implantadas a fim de complementar estas medidas federais. Embora estas ações possam ter contribuído com a redução dos efeitos da pandemia sobre a população, identifica-se que a crise sanitária impôs compulsoriamente a busca e a realização de outros tipos de medidas pela sociedade civil.

Iniciativas mobilizadas por atores sociais e organizacionais seguem traçando alternativas para as demandas da população, principalmente as mais afetadas pelo cenário da pandemia, agregando às ações institucionalizadas pela esfera municipal, estadual ou federal um caráter de aperfeiçoamento e expansão de medidas contingentes, adaptando-se às questões particulares e mais urgentes do meio em que surgem e onde são difundidas como práticas

sociais. Identificando-se que estas iniciativas se desenvolvem na busca de solucionar problemas até então não resolvidos pelo mercado ou pelo Estado, com caráter de novidade e com potencial de aplicabilidade duradoura, é possível identificar nestas ações características com potencial de inovação social (MULGAN, 2006), evidenciando a importância da análise de iniciativas de inovação social durante a pandemia do Novo Coronavírus no país.

PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO

Diante das relações entre tais acontecimentos na sociedade civil brasileira, das iniciativas realizadas por meio de mobilização social e das perspectivas de análise do conceito de inovação social, esta pesquisa se propõe a apresentar as contribuições de iniciativas de inovação social no Brasil para o aperfeiçoamento de programas federais existentes, considerando o cenário da pandemia de COVID-19. Neste sentido, é oportuno questionar: “Em tempos de pandemia de COVID-19, quais as contribuições das iniciativas de inovação social para o aperfeiçoamento / formulação de políticas públicas / programas sociais?”.

Para atingir este objetivo, a pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, realizando um levantamento de dados a partir de levantamento bibliográfico e de análise de dados de bases secundárias, provenientes de fontes como sites do Governo Federal referentes à programas sociais, sites de instituições científicas como a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, além de sites de Organizações Não-Governamentais e demais grupos e associações da sociedade civil com caráter social, além de suas respectivas redes sociais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Podem-se identificar inicialmente como inovação social atividades e serviços inovadores criados com o objetivo de criar respostas e/ou resultados alternativos para uma necessidade social ou para problemas sociais, e que é predominantemente difundida por organizações com um propósito estruturalmente participativo, levando à criação de um valor social ou impacto social (ASSIS; NUNES, 2019; MULGAN, 2006). As principais características de inovação social se baseiam em processos de articulação adaptativa, que apresentam uma novidade na resolução de problemas sociais não respondidos nem pelo Estado e nem pelo mercado, além de projetar a prática social por meio do aproveitamento participativo dos protagonistas sociais envolvidos, e também de recursos de governança e de empoderamento destes sujeitos, mobilizando uma capacidade de mudanças sociais duradouras (CAJAIBA-SANTANA, 2014; MEDEIROS, 2018; MULGAN, 2006; NASCIMENTO, 2021).

Analisando o contexto histórico da discussão temática, identifica-se que, a partir da segunda metade do século XX, a inovação de caráter social é vinculada às áreas de ensino e organização laboral, sendo somente a partir do século XXI que desponta no campo das políticas públicas, incluindo além do mercado, o terceiro setor e o setor público (ANDRÉ, ABREU, 2006; MEDEIROS *et al.*, 2017).

A partir de Taylor, na década de 1970, identificou-se que transformações em nível social não eram tão facilmente introduzidas, como seria com transformações em nível mercadológico-tecnológico (COSTA *et al.*, s.d.). Além disso, o aperfeiçoamento do fazer, ou ainda, as novas formas de fazer as coisas (BIGNETTI, 2011), destacavam-se nos estudos sobre inovação

vigentes, ainda marcados pela perspectiva schumpeteriana, que visava uma lógica desenvolvimentista e de produção economicista (ANDRÉ, ABREU, 2006). Cloutier (2003) aprofunda a discussão considerando a busca por novas respostas com foco no bem-estar de indivíduos ou grupos, promovidas diante da vivência de situações sociais que geravam demandas ou pendências coletivas. O destaque na perspectiva de Cloutier está na consideração do meio como campo para adaptação de uma atividade inovadora (BIGNETTI, 2011).

Mulgan e Murray acrescentam ao debate a importância da participação social no processo de elaboração e de construção de iniciativas que satisfarão suas necessidades sociais (MULGAN *et al.*, 2007), de forma que estas possam possibilitar a criação de novas relações colaborativas entre os indivíduos (BIGNETTI, 2011; MEDEIROS *et al.*, 2017). Complementando esta perspectiva, três atributos ajudam a definir as especificidades do conceito de inovação social (ABREU; ANDRÉ, 2006): o primeiro está na satisfação de necessidades humanas que não podem ser satisfeitas de imediato nem pelo Estado, nem pelo mercado; o segundo atributo está na promoção da inclusão social, e por fim, o terceiro atributo está na capacitação de agentes ou atores sujeitos a processos de exclusão social, promovendo uma mudança nas relações de poder, que se estruturam como redes horizontais de comunicação e ação (CASTELLS, 2013). Assim, para que o desenvolvimento social possa ir além das melhorias econômicas projetadas para a sociedade, é necessário abarcar os aspectos sociais e políticos para que as propostas possam alcançar as demandas plurais da sociedade civil (SEN, 2010).

Sob esta ótica, a lógica subjacente à inovação social visa e gera transformação social, pautando uma dinâmica na busca por resoluções de problemas tópicos de uma população a partir de iniciativas tomadas pelos atores sociais, podendo apresentar ou não um resultado expansivo. Mulgan *et al.* (2007) destacam que as inovações sociais possuem maiores chances de expansão quando os grupos de atores sociais encaram a intensificação de seus problemas, ou quando os modelos existentes apresentam falhas estruturais, ou ainda quando novas possibilidades não são exploradas devidamente.

As análises sobre as iniciativas de inovação social tendiam a validar ações ocorridas com uma abordagem “de baixo para cima” (*bottom-up*), ou seja, quando elas eram tomadas a partir da própria população e de suas expectativas de resolução, envolvidos em um processo de expansão de ações para nichos institucionais (AZEVEDO; PEREIRA, 2013). Esta perspectiva tem sido debatida, principalmente ao considerar a relação que iniciativas de inovação social podem estabelecer “de cima para baixo” (*top-down*), no qual os grupos apropriam-se de programas ou políticas públicas, utilizando de maneira mais personalizada e adaptada as ferramentas, benefícios e/ou conhecimentos. Entende-se que a inovação social em políticas públicas é capaz de promover um desenvolvimento de programas com foco nos aspectos qualitativos, territoriais e de bem-estar populacional, reforçando a redução de desigualdades, além de “ampliar a mobilização de atores, [...] colocando o cidadão como protagonista do processo” (ENAP, p.27, 2019).

No entanto, para que haja uma execução adequada destas ações promovidas pela inovação social, é necessário que se planeje um envolvimento governamental dinâmico em conjunto com uma análise dos problemas e das soluções encontradas, a fim de que o desenvolvimento das ações possam criar respostas para as demandas identificadas e, por fim, impulsionem um processo de transformação duradouro (SILVEIRA *et al.*, 2020).

De acordo com os apontamentos da Fundação Escola Nacional de Administração Pública (2019), as principais finalidades da inovação social em políticas públicas são:

- A criação de políticas que funcionem efetivamente, assistindo as reais necessidades das populações atendidas;
- Maior participação e fiscalização pública, a fim de reduzir desperdícios de recursos e de promover uma relação dialógica entre sociedade civil e governo;
- “Continuidade de ações mesmo com mudanças políticas” (ENAP, p.28, 2019);
- “Maior integração entre setores para resolução de problemas complexos” (*ibid.*);
- “Processo dinâmico de aprendizagem onde atividades com sucesso possam ser replicadas” (*ibid.*).

Assim, considerando que a aplicação de políticas públicas tem como finalidade a garantia dos direitos civis, a resolução de problemas enfrentados pela sociedade civil e a promoção do bem-estar social, além do desenvolvimento socioeconômico da população, identifica-se que o processo de elaboração e participação pública na construção destes programas tende a criar maior legitimidade democrática e maior precisão das ações promovidas pelo Estado.

DISCUSSÃO

Anteriormente ao período da pandemia da COVID-19, o Brasil já apresentava um histórico emergente de iniciativas que se aderem às características da inovação social. Apesar de ainda serem poucos os estudos publicados referentes à gestão prática e ao mapeamento sistematizado de iniciativas de inovação social no país (BIGNETTI, 2011), o que poderia reduzir uma análise mais ampla das experiências e práticas sobre as atividades de inovação social é possível identificar diversos exemplos que alcançaram destaque midiático, de ordem acadêmica e/ou tiveram seu potencial analisado por pesquisas institucionais, compondo um cenário nacional de ações variadas e que vislumbraram um potencial de expansão e de transformação duradoura .

Entre os principais destaques desta pesquisa, é possível identificar a contribuição de iniciativas como as promovidas pelo Instituto DARA, que com uma perspectiva *top-down*, auxiliou no esboço de políticas públicas na assistência pós-hospitalar infantil, como o projeto “Família Cidadã”, em Belo Horizonte (INSTITUTO DARA, s.d.). Outro caso com visibilidade nacional foi levantado pela União de Mães de Anjos, em Pernambuco, buscando de maneira *bottom-up*, uma mobilização participativa de famílias afetadas pela Síndrome Congênita Associada à Infecção pelo Vírus Zika, a microcefalia, alcançando uma assistência colaborativa entre o governo estadual, federal e instituições privadas ou de caráter não-governamental (UMA, s.d.). Além destes exemplos, o Coletivo Papo Reto, no Rio de Janeiro, conseguiu impulsionar o protagonismo dos moradores do Complexo do Alemão, com a criação de uma rede informativa e de monitoramento da violência, que se estendeu inclusive para outras realidades periféricas pelo país, com suporte da Anistia Internacional (COLETIVO PAPO RETO, s.d.; FOGO CRUZADO, s.d.; NUNES, 2017; ONDE TEM TIROTEIO, s.d.). Outros destaques relevantes de práticas de inovação social no Brasil no período pré-pandêmico são os projetos Programa Um Milhão de Cisternas, aplicado em regiões semiáridas do Brasil, assim como o Projeto Áridas-Nordeste, o Banco Palmas e outros bancos de caráter comunitário, entre demais iniciativas.

No contexto do Brasil em um cenário pandêmico, identifica-se que um dos principais catalisadores para a mobilização de práticas com potencial de inovação social surgiram de demandas emergentes, vinculadas ao crescimento da vulnerabilidade social e da disseminação desenfreada da COVID-19 no país (NASCIMENTO, s.d.). Indicado como o pior país na gestão da pandemia do Novo Coronavírus em 2020 (LOWY INSTITUTE, 2021), os impactos socioeconômicos que atingiram o país e a população brasileira se deram numa conjunção de fatores vinculados tanto às restrições de funcionamento de atividades consideradas não essenciais, assim como à priorização de atividades econômicas que não englobavam parte da população ocupada com trabalhos informais e/ou em situação de subocupação ou desocupação (IBGE, 2021; NASCIMENTO, s.d.; SILVEIRA *et al.*, 2020). Além destas condições, outros aspectos reforçaram um cenário crítico, como o aumento da inflação, a irrevogável necessidade de cumprimento do distanciamento social, além dos impactos crescentes de agravamento da situação sanitária, do esgotamento da saúde mental dos brasileiros, do aumento do quadro de insegurança alimentar, entre outros fatores recorrentes que reforçam desigualdades sociais no Brasil (GALINDO *et al.*, 2021; IBGE, 2021; NOIS, 2020; SOARES, 2021).

Diante desta conjuntura, identifica-se uma necessidade urgente de revisão de modelos e administração de programas sociais, além da criação de projetos que correspondam às demandas específicas e prioritárias da sociedade civil e suas pluralidades (NASCIMENTO, s.d.). Como uma saída às consequências da pandemia da COVID-19, várias iniciativas com potencial de inovação social, com destaque na perspectiva que mescla o modelo *bottom-up* e o modelo *top-down*, têm sido acompanhadas por todo o país.

Dois exemplos significativos ganharam destaque midiático e acadêmico sobre mobilização social e sobre o potencial de características de inovação social neste interim: as relações em construção na comunidade de Paraisópolis, em São Paulo, e o projeto em parceria com a FIOCRUZ no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro. No primeiro caso, identifica-se que durante os primeiros impactos da pandemia do Novo Coronavírus, em 2020, com uma possibilidade evidente de falta de serviços médicos e de assistência social para suas famílias, a sociedade civil de Paraisópolis, contando com aproximadamente 70 mil habitantes (INSTITUTO PÓLIS, 2020) se organizou de forma a contar com a disponibilidade de 658 voluntários para auxiliar no monitoramento local (G10 FAVELAS, s.d.). Cada rua possui um “presidente de rua” responsável, podendo este assistir até 55 famílias, de acordo com a demanda da localidade na comunidade. Entre as atividades atribuídas aos “presidentes de rua”, foram mobilizadas ações para a conscientização da população local sobre a COVID-19, sobre a importância de medidas de distanciamento social e de esclarecimento e não propagação de notícias falsas (*fake news*) sobre a pandemia; produção e distribuição de marmitas, cestas básicas e material de higiene; prestação de atendimento médico aos moradores acometidos por COVID-19 ou outras enfermidades; além de promoção da renda local (G10 FAVELAS, s.d.; SILVEIRA *et al.*, 2020; SOARES, 2021).

A mobilização estruturada da Associação das Mulheres de Paraisópolis, da União dos Moradores e do Comércio de Paraisópolis, do Instituto Pólis, do G10 Favelas, além da participação de moradores sem vínculo direto com estas organizações já presentes na comunidade anterior à pandemia do Novo Coronavírus, apresentou iniciativas inovadoras e com potencial de contribuir com políticas públicas na comunidade. Entre os exemplos de iniciativas está a criação de um banco comunitário (O SALTO, 2021), a fim de captar recursos para o financiamento de empreendimentos locais, além de reverter lucros para subsidiar as ações de caráter assistenciais, assim como foi implantado o Projeto AgroFavela, com a criação de hortas comunitárias, no intuito de reverter a redução de doações recebidas pela comunidade e o combate às situações de vulnerabilidade nutricional da população local (AGROFAVELA

REFAZENDA, 2020). É possível destacar que estas iniciativas foram realizadas em processos que mesclam modelos no sentido *bottom-up* e *top-down*, uma vez que a comunidade buscou parcerias que dispusessem um suporte para a realização dos projetos com um apoio financeiro e de reforço para a aplicabilidade proporcional destas iniciativas. Como resposta a estas iniciativas, a comunidade de Paraisópolis apresentou uma redução na taxa de mortalidade por COVID-19 de 21,7 pessoas por 100 mil habitantes, índice que também se mostrou abaixo da média municipal, de 56,2 (INSTITUTO PÓLIS, 2020).

O projeto “Conexão da Saúde na Maré”, realizado na comunidade carioca, possui similaridades com este movimento. Criado por moradores, ONGs e demais voluntariados, em um número aproximado de 500 envolvidos, e ainda com contribuição da FIOCRUZ, a iniciativa auxilia a comunidade do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, com 140 mil habitantes, com a distribuição de kits com produtos de higiene, máscaras e álcool em gel, além de realizar o acompanhamento de moradores com testagem em massa, teleatendimento médico, psicológico e de assistência social, e garantia de alimentação para os mais afetados pelos impactos sanitários e econômicos da pandemia do Novo Coronavírus (BRASIL, C., 2021; PASSARINHO, 2021). Com o auxílio de acompanhamento por meio do aplicativo Dados do Bem, a população da Maré também consegue ter um maior monitoramento da identificação de possíveis sintomas da COVID-19, a fim de que haja um controle da testagem, evitando a escassez dos testes para a população (SCOFANO, 2020).

O projeto estima que 96% das pessoas atendidas puderam cumprir o isolamento social, com resultados na redução de transmissão viral na comunidade, com uma diferença na média comparativa, em que “a taxa de mortalidade no Rio de Janeiro é de 359 mortes por COVID-19 a cada 100 mil habitantes. Na favela da Maré, são 188 óbitos pelo vírus a cada 100 mil habitantes” (*ibid.*). Como resposta à continuidade do projeto em parceria com a FIOCRUZ, o segundo semestre de 2021 começou com a confirmação de vacinação em massa na comunidade contra o Novo Coronavírus, incluindo jovens adultos a partir dos 18 anos (ANDRADE, 2021), sendo um dos poucos centros de concentração populacional urbano do Brasil a receber este tipo de campanha. A campanha de vacinação na comunidade é impulsionada por influenciadores digitais, moradores da Maré, utilizando o alcance das redes sociais e da proximidade territorial para destacar a importância da imunização para todos (SCOFANO, 2020).

A FIOCRUZ, utilizando-se dos dados coletados não somente no Complexo da Maré, mas em outras áreas de estudo em todo o país, promoveu a criação de um grande mapa nacional interativo, intitulado MonitoraCovid-19, que identifica não somente os casos de evolução da doença, incluindo os indicadores de óbitos e de vacinação, como também monitora a população geral em risco, de acordo com os estados, além do IPD – Índice de Permanência Domiciliar, a circulação de pessoas e veículos, além da publicação de legislações municipais e estaduais, com atualização semanal (FIOCRUZb, 2020). Este controle permite não somente aos gestores institucionais a capacidade de tomada de ações contra o avanço do Novo Coronavírus, como também possibilita que iniciativas de inovação social possam se adaptar e priorizar suas ações a partir de uma análise conjuntural e territorial.

Como reitera o líder comunitário de Paraisópolis, “a favela tem soluções próprias que podem ser potencializadas a partir da [sua] organização” (DELFIN, 2021), apontando que essas mudanças se dão de acordo com as demandas e imprevistos enfrentados por seus atores sociais, pela participação protagonista em redes que compõem e pelo espaço sócio territorial em que partilham suas vivências e realizam práticas em prol do bem-estar social. Complementando esta perspectiva, reforçando a característica de protagonismo, de expectativa de expansão e durabilidade das iniciativas realizadas no Complexo da Maré, a diretora da Redes da Maré identifica que “a parceria com instituições de diferentes níveis é um caminho concreto para

reverter os danos causados pela pandemia e para a implementação de políticas públicas que respondam aos desafios estruturais que vivenciamos no território” (BRASIL, C., 2021).

Exemplos de iniciativas como estas tem se multiplicado pelo Brasil, podendo criar redes de conexão entre a população e o Estado, facultando-o a possibilidade de criar ou aprimorar alternativas que possam contribuir de forma satisfatória com a sociedade civil. Ademais, iniciativas com alto potencial de expansão e que são endossadas nesta relação contributiva entre sociedade-Estado, podem alavancar a formulação de políticas públicas e/ou programas sociais, podendo contribuir não somente o bem-estar social como também a participação direta dos atores sociais nos processos político-construtivos propostos. No entanto, é fundamental que a realização destas políticas públicas corresponda às demandas dos grupos, considerando planejamentos em longo prazo como políticas de Estado.

De curto a médio prazo, recomenda-se que os protocolos de combate à pandemia do Novo Coronavírus sejam mantidos, guiando-se não somente com o intuito de redução somente das taxas de infectados e mortos, mas também das diminuições das consequências sofridas pelos os que são afetados indiretamente pelos aspectos de caráter social, econômico e político da pandemia. O Observatório de Políticas Públicas no Contexto do COVID-19 (2021) da UnB recomenda que as políticas aplicadas no atual contexto tenham como base a necessidade de enfatizar informações sobre como ocorre a contaminação, sobre a importância de cumprir com as medidas sanitárias devidas, além de promover um suporte social para a população em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Entre outros destaques na promoção de programas sociais que venham a contribuir com o bem estar e a resolução de problemas tópicos deste período, estão recomendações e suporte à melhoria da saúde mental da população, o incentivo da imunização contra a COVID-19 e a Influenza, além do rastreamento e monitoramento de indivíduos infectados, além de maior oferta na testagem da população, a fim de evitar a circulação e propagação do vírus por sujeitos assintomáticos (*ibid.*).

Diante da proposta de autonomia proposta pelo Supremo Tribunal Federal a todos os entes da federação frente às ações estratégicas contra a COVID-19 no país, além do próprio Governo Federal, identificou-se que a responsabilidade da aplicação de medidas de redução de impactos da pandemia foi cumprido pelos gestores municipais e estaduais, sem que houvesse um consenso técnico e estratégico a nível nacional (STF, 2021). Outras medidas foram priorizadas pelo Governo Federal, a fim de responder as medidas da pandemia do Novo Coronavírus.

Entre as iniciativas federais que foram postas em prática diante do contexto pandêmico e que de imediato se aproxima das ações propostas pela sociedade civil, se sobressai o acompanhamento de pacientes pelo Sistema Único de Saúde – SUS de maneira remota, por meio da plataforma TeleSUS, dando destaque à realização de serviços com o uso de tecnologias com o suporte de aparelhos celulares, computadores e acesso aos serviços de Internet (UFPE, 2020), utilidade que também foi realizada pela esfera educacional, que mesclou com apoio do Ministério da Educação um cumprimento não-generalizado do sistema híbrido de aulas. Ainda na seara da saúde, identificou-se a criação do “Programa Positivamente”, voltado aos servidores federais, buscou reforçar a necessidade do autocuidado e referente à saúde mental (BRASIL, 2021c), enfatizando o caráter de continuidade dos compromissos rotineiros a partir da perspectiva de uma adaptação tecnológica.

Um dos programas disponibilizados pelo Governo Federal com potencial de abranger iniciativas de inovação social, com grande cobertura nacional, é o Auxílio-Emergencial. Criado em 2020, diante das consequências econômicas da pandemia do Novo Coronavírus, o programa atendeu na primeira etapa até 77 milhões de brasileiros, aproximadamente 45 milhões de

famílias (BRASIL, s.d.d), e de acordo com o Banco Mundial (2020), os maiores beneficiários do programa foram trabalhadores informais e autônomos. O benefício temporário disponibilizou na primeira etapa um auxílio entre R\$600 e R\$1.200, e na segunda etapa segue ofertando um auxílio financeiro entre R\$150 e R\$375, sendo respectivamente os dois últimos valores maiores voltados para mulheres com dois ou mais filhos.

O destaque do programa está na expansão do Bolsa Família, a fim de auxiliar mais 3 milhões de pessoas (BANCO MUNDIAL, 2020; BRASIL, s.d.e). a partir de empréstimo com o Banco Mundial, de outro projeto, o Bolsa Família, em aplicação desde 2003. Diante de seu alcance, atendendo a 14 milhões de famílias em situação de vulnerabilidade (BRASIL, s.d.f), o programa é uma das principais políticas públicas vigentes no país, possibilitando não somente um impacto positivo na situação socioeconômica das famílias contempladas, como também promovendo um acompanhamento das condições de saúde, de segurança alimentar e educacionais, além de destacar o protagonismo feminino no núcleo familiar.

Um dos possíveis aprimoramentos que o programa de Auxílio-Emergencial poderia reproduzir, guiando-se a partir desta correlação com o Bolsa Família e ainda aplicando algumas das recomendações realizadas em relatórios técnicos, como o já mencionado pelo Observatório de Políticas Públicas no Contexto do COVID-19 da UnB, e também pelas ações realizadas pelas iniciativas de inovação social destacadas, seria este acompanhamento dinâmico das vivências de seus beneficiários, destacando a importância das medidas contra a COVID-19, criando um maior impacto de bem-estar social e de possível redução das consequências da pandemia no Brasil.

Por fim, é indispensável trazer para a discussão sobre as relações estabelecidas entre as iniciativas de inovação social e a possibilidade de aprimoramento de políticas públicas, a atuação do Programa Mais Médicos. O programa foi criado em 2013 pelo Governo Federal, de acordo com a Lei 12.871, e foi segmentado a partir de 2019 no Programa Médicos Pelo Brasil (BRASIL, 2019f). Identifica-se que sua descontinuidade apresentou uma repercussão negativa para a população brasileira diante do cenário de pandemia do Novo Coronavírus, uma vez que a política pública alcançava um total de 63 milhões de brasileiros que possuíam acesso remoto e/ou precário aos serviços básicos de saúde. O intuito do programa, vinculado ao SUS, era de “garantir o acesso à saúde dessas áreas prioritárias, diminuir a carência por profissionais de saúde, melhorar as infraestruturas das unidades e estimular a inserção do profissional médico na formação do SUS” (LAPA, 2018), promovendo uma interação social mais dinâmica, contextualizada com realidades locais e com ações diretas de participação pública. Identifica-se que, durante o período de funcionamento do Programa Mais Médicos, houve a totalização de até 18 mil profissionais da saúde em atividade no programa no ano de 2017, com o registro de 8 mil profissionais em atividade durante o último mês de funcionamento efetivo da política pública, em dezembro de 2018 (BRASIL, 2017g; SIMM, s.d.). Atualmente, o Programa Médicos Pelo Brasil segue sem regulamentação de diretrizes definida, apresentando tanto dados desatualizados no Portal do Ministério da Saúde quanto informações divergentes entre notas emitidas pelo Ministério responsável pela pasta e por pronunciamentos do Presidente da República em redes sociais, o que inviabiliza a credibilidade dos dados sobre o funcionamento do serviço como política pública em exercício (ARREGUY, 2021).

Com projeções negativas na distribuição relação médicos/população para a rede pública contabilizadas a partir de 2020 (CFM; CREMESP, s.d.), além do funcionamento sobrecarregado dos serviços hospitalares da rede pública e privada durante a pandemia da COVID-19, foi identificado que a realização de ações sociais com potencial de inovação social buscaram reforçar o trabalho que era de antemão cumprido por esta política pública. Dessa

maneira, em vez de uma perspectiva de aprimoramento, o que se identifica é uma relação baseada na urgência de alcance de serviços de saúde pela população com um funcionamento *bottom-up*, vinculados a aspectos *top-down* já vivenciados pela sociedade civil em acordo com o Estado.

É possível constatar que as estratégias propostas pela sociedade civil a fim de gerir as crises acompanhadas pela pandemia e alcançar a resolução de seus problemas seguem em constantes mudanças e processos de adaptação. Como propõe o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, “há o reconhecimento de que a saída da crise sanitária, econômica e social provocada pela COVID-19 vai depender fortemente da capacidade de produção de conhecimento e de novas tecnologias” (NEGRI; KOELLER, p.07, 2020). A consolidação, o uso estendido dessas ações, suas futuras adaptações ou deposições são aspectos a serem observados enquanto o cenário é prolongado com o crescimento de casos mundiais da COVID-19 e de mutações do vírus, além da perduração de instabilidades sociopolíticas e socioeconômicas de médio a longo prazo. Se as mudanças ocasionadas pela pandemia perdurarão e/ou se transformarão em novos modelos de atuação diante das demandas sociais, configurando de fato como inovações sociais em expansão, que tendem a se institucionalizar (MEDEIROS, 2018), é um aspecto que precisa ser observado, principalmente no que tange à integração das gestões governamentais.

CONCLUSÃO

Ao mesmo tempo que a sociedade identifica os problemas que as cercam, ela também compreende as possíveis soluções. O desenvolvimento de soluções e estratégias para o enfrentamento de problemas sociais e para que se alcance um bem-estar social são características que coadunam as práticas de inovação social e o desenvolvimento de políticas públicas, que ao serem propostas em comum funcionamento podem gerar respostas diretas e indiretas para a sociedade em geral.

As iniciativas de inovação social, geralmente, ao partirem da busca de resoluções de questões em territórios e domínios em que o Estado ainda não alcança de forma efetiva e centralizada, podem, por meio de parcerias e redes, serem engendradas em políticas públicas que possuem uma maior estruturação para potencializar seus intuítos e seus alcances. Desta maneira, as iniciativas de inovação social não somente podem aprimorar políticas públicas em andamento, como também contribuem na identificação de realidades com baixo desempenho e/ou funcionalidade destes programas, uma vez que a característica de territorialidade em inovação social pode influenciar diretamente no êxito de uma iniciativa ou no seu processo de expansão e participação.

Diante do contexto da pandemia do Novo Coronavírus no Brasil, o crescimento de iniciativas sociais e iniciativas de inovação social pode ser acompanhado com o decorrer do cenário em que os impactos da pandemia criam demandas socioeconômicas que se aproximam de questões básicas de subsistência. Com a contribuição das iniciativas de inovação social atualmente tendo como foco a melhoria do bem-estar social, em um processo de participação de atores sociais que ao mesmo tempo são agentes e beneficiários, entende-se que o surgimento de ações federais que contribuam com a legitimação destas práticas seja maior do que o contínuo surgimento de problemas enfrentados pela sociedade civil diante do contexto pandêmico.

Ao considerar que iniciativas de inovação social que possuam potencial de gerar mudanças sistêmicas estejam sendo colocadas em prática, como um meio de modificar realidades críticas em todo o país, identifica-se que a possibilidade de institucionalização destas ações, em se tratando da formulação de políticas públicas, pode reforçar o papel do Estado na garantia dos direitos básicos da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A; ANDRÉ, A. Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra**, XLI, 81, 2006, pp. 121-141.

AGROFAVELA REFAZENDA. Agrofavela Refazenda. *In: Facebook*. Publicado em 16 nov 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/AgrofavelaRefazenda/photos/a.921522921543490/1280984952263950/>> Acesso 20 jul 2021.

ANDRADE, M. Prefeitura do Rio planeja vacinação em massa no Complexo da Maré no fim de Julho. *In: VOZ DAS COMUNIDADES*, jul 2021. Disponível em: <<https://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/prefeitura-do-rio-planeja-vacinacao-em-massa-no-complexo-da-mare-no-fim-de-julho/>> Acesso 16 jul 2021.

ARREGUY, J. Após anunciar fim do programa, Bolsonaro infla dados e celebra Mais Médicos. *In: UOL*. Publicado em 07 abr 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2021/04/07/mais-medicos-novo-programa-bolsonaro-numeros.htm?>> Acesso 20 jul 2021.

ASSIS, G.B.R.A; NUNES, V.G.A. Inovação social: estudo sobre um modelo de identificação e sua relação com os objetivos do desenvolvimento sustentável. *In: Mix Sustentável*, Florianópolis, v.5, n.5, nov.2019. p.109-121.

AZEVEDO, A.M.M.; PEREIRA, N. Análise top-down e bottom-up de um programa de inovação energética: o programa nacional de produção e uso de biodiesel (PNPB). *In: Revista Gestão & Conexões*, Vitória, v.2, n.2, jul-dez.2013, p.32-51.

BANCO MUNDIAL. **Covid-19 no Brasil: impactos e respostas de políticas públicas**. BIRD - AID. Grupo Banco Mundial. Publicado: Junho, 2020.

BIGNETTI, L.P. As inovações sociais: uma incursão de ideias, tendências e focos de pesquisa. *In: Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, Vol. 47, N. 1, p. 3-14, jan/abr 2011.

BRASILa. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus**. Disponível em: <<https://COVID.saude.gov.br>> Acesso 10 fev 2021.

BRASIL. Casa Civil. **Medidas adotadas pelo Governo Federal no combate ao Coronavírus: 5 de junho, 2020b**. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/junho/medidas-adotadas-pelo-governo-federal-no-combate-ao-coronavirus-5-de-junho>> Acesso 10 fev 2021.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Relatório de gestão – Exercício de 2020**. v.1. Brasília: 2021c.

BRASILd. Ministério da Cidadania. **Auxílio Emergencial 2021**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/covid-19/transparencia-e-governanca/auxilio-emergencial-1/auxilio-emergencial-2021>> Acesso 10 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Expansão do Bolsa Família beneficiará cerca de 3 milhões de pessoas**. Publicado em 05 nov 2020e. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/11/expansao-do-bolsa-familia-beneficiara-cerca-de-3-milhoes-de-pessoas>> Acesso 20 jul 2021.

BRASILf. Lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ano CLVII, n. 245, 18 dezembro 2019. Seção I, p.1.

BRASILg. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde: Departamento de Planejamento e Regulação da Provisão de Profissionais de Saúde. **Programa Mais Médicos** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL, C. I. Estudo de vacinação em massa na Maré intensificará projeto na região: Ação é parte do projeto da Fiocruz Conexão Saúde-De Olho na Covid. *In: Agência Brasil*. Publicado 22 jul 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-07/estudo-de-vacinacao-em-massa-na-mare-intensificara-projeto-na-regiao>> Acesso 25 jul 2021.

CAJAIBA-SANTANA, G. Social innovation: moving the field forward. A conceptual framework. *In: Technological Forecasting and Social Change – an international journal*, 82, 42–51. Elsevier: 2014.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CFM – Conselho Federal de Medicina; CREMESP – Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. **Demografia médica no Brasil: estudo de projeção**. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/images/stories/pdf/estudo_demografia_junho.pdf> Acesso 20 jul 2021.

CLOUTIER, J. Qu'est-ce que l'innovation sociale? *In: Collection Études théoriques – no ET0314. Cahier du CRISES*, 2003.

COSTA, L.F.; DORION, E.C.H.; OLEA, P.M. Produção Acadêmica sobre Inovação Social em Programas de Mestrado e Doutorado Brasileiros. **XVI Mostra de Iniciação Científica, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão: Programa de Pós-Graduação em Administração - UCS**.

DELFIN, R.B. Realizadores do último ano esperam um 2021 duro, mas com espaço para boas ações. *In: Canal My News*. Disponível em: <<https://canalmynews.com.br/mais/realizadores-do-ultimo-ano-esperam-um-2021-duro-mas-com-espaco-para-boas-acoas/?highlight=rede%20mulher%20empreendedora>> Acesso 04 maio 2021.

ENAP – Fundação Escola Nacional de Administração Pública. Inovação Social para Aperfeiçoamento de Políticas Públicas. **Módulo 1: Inovação social, políticas públicas e sustentabilidade**. Brasília: 2019.

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz. Fiocruz detecta mutação associada a variantes de preocupação do Sars-Cov-2 em diversos estados do país. *In: Boletim do Observatório Covid-19 - semanas epidemiológicas 16 e 17 de 2021. Observatório Covid-19: Informação para ação. Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratórios de Referência: 2021a. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_covid_2021_semanas_16_17.pdf> Acesso 04 maio 2021.*

FIOCRUZ. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT). **Monitora Covid-19**. Rio de Janeiro, 2020b. Disponível em: <<https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br/>>. Acesso 22 jul 2021.

FOGO CRUZADO. **Sobre**. Disponível em: <<http://fogocruzado.org.br/sobre/>> Acesso 27 maio 2021.

G10 FAVELAS. **G10 Favelas**. Disponível em: <<https://g10favelas.com.br>> Acesso 20 jul 2021.

GALINDO, E; TEIXEIRA, M.A.; ARAÚJO, M.; MOTTA, R.; PESSOA, M. MENDES, L.; RENNÓ, L. **Working Paper 4: Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil**. Food for Justice Working Paper Series, no. 4. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores IBGE: **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Primeiro Trimestre de 2021**. Publicado em 27 maio 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2021_1tri.pdf> Acesso 20 jul 2021.

INSTITUTO DARA. **Sobre nós**. Disponível em: <<https://dara.org.br/conheca/quem-somos/sobre-nos/>> Acesso 01 maio 2021.

INSTITUTO PÓLIS. **Paraisópolis tem melhor controle da pandemia que o município de São Paulo**. Publicado em 31 jul 2020. Disponível em: <<https://polis.org.br/noticias/paraisopolis/>> Acesso 24 jul 2021.

LAPA, A. Programa Mais Médicos: uma contribuição à análise da oferta de ações e serviços de saúde. **Dissertação** (Mestrado em Políticas Públicas em Saúde) – Escola Fiocruz de Governo. Brasília, 2018.

LIMA, L.D.; PEREIRA, A.M.M.; MACHADO, C.V. Crise, condicionantes e desafios de coordenação do Estado federativo brasileiro no contexto da COVID-19. *In: CSP: Cad. Saúde Pública*, 2020; 36 (7).

MEDEIROS, C.B. Expansão de iniciativas de inovação social: uma proposição adaptativa para análise de percursos. **Tese** (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2018.

MEDEIROS, C.B.; GALVÃO, C.E.S.; CORREIA, S.; GÓMEZ, C.; CASTILLO, L. Inovação social além da tecnologia social: constructos em discussão. *In: RACE*, Joaçaba, v. 16, n. 3, p. 957-982, set./dez. 2017.

MENEZES, M. Pesquisa sugere maior risco de reinfecção pela variante delta. *In: FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz*. Publicado em: 28 jun 2021. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-sugere-maior-risco-de-reinfeccao-pela-variante-delta>> Acesso 02 jul 2021.

MONTEIRO, D. O que você precisa saber sobre a transmissão do novo coronavírus pelo ar?. *In: INFORME ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca*. Publicado em: 17 jul 2020. Disponível em: <<http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/49471>> Acesso 02 jul 2021.

MORENO, A. (et al.). Panorama. *In: Revista POLI: saúde, educação e trabalho – jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde*. Ano XIII - Nº 77 - mai./jun. 2021.

MULGAN, G. **The process of social innovation**. Talgore -- LLC, 2006.

MULGAN, G. et al. Social Innovation - **What It Is, Why It Matters and How It Can Be Accelerated**. Said Business School - Skoll centre for social entrepreneurship. The Young Foundation, University of Oxford, 2007.

NASCIMENTO, E. A inovação social em tempos de pandemia. **Revista NAU Social** - v. 11, n.21, p. 351 – 359 Nov 2020 / Abr 2021.

NEGRI, F.; KOELLER, P. Políticas públicas para pesquisa e inovação em face da crise da COVID-19. *In: Nota técnica DISET nº64*. IPEA. Publicado em maio 2020.

NOIS – Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde. **Nota técnica 11** - 27/05/2020: Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil. Disponível em: <<https://sites.google.com/view/nois-pucpr/publicacoes>> Acesso 18 fev 2021.

NUNES, P. Crime e polícia no Rio de Janeiro: relatos em páginas do Facebook. **CESEC - Boletim segurança e cidadania**: Outubro 2017.

O SALTO. G10 Favelas: banco da favela. *In: Facebook*. Publicado em 05 fev 2021. Disponível em: <<https://www.facebook.com/vamos.saltar/photos/a.163079187603644/843030336275189/>> Acesso 22 jul 2021.

Observatório de Políticas Públicas no Contexto do COVID-19 – O2P-Covid 19. Nota técnica 14 - Comitê Gestor do Plano de Contingência da COVID-19 (COES) da Universidade de Brasília - UnB. FACE - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. UnB: 21 jul 2021.

ONDE TEM TIROTEIO. **Como funciona**. Disponível em: <<https://www.ondetemtiroteio.com.br>> Acesso 27 maio 2021.

PASSARINHO, N. Covid: As lições da favela que reduziu mortes em 90% enquanto Rio vivia tragédia. *In: BBC News Brasil*. Publicado em 01 maio 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56919419>> Acesso 02 maio 2021.

SCOFANO, A. Conexão Saúde: Fiocruz Lança Projeto Inovador de Combate à Pandemia nas Favelas [VÍDEO]. In: Rio on watch. Publicado em 28 ago 2020. Disponível em: <<https://rioonwatch.org.br/?p=49904>> Acesso 21 jul 2021.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVEIRA, S. K.; MEDEIROS, C. B.; HELAL, D.; ASFORA, M. C. Como a Inovação Social em Políticas Públicas Contribuirá para Reduzir os Impactos da COVID-19 na Gestão dos Programas Sociais. **Relatório COVID-19**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), 2020.

SIMM - Sistema Integrado de Informação Mais Médicos. **Linha do tempo de Médicos Cooperados no Programa**. Disponível em <<https://simm.campusvirtualsp.org/pt-br/linha-tempo>> Acesso 17 jul 2021.

SOARES, G. S.A urgência do direito à cidade e as alternativas de enfrentamento à covid-19 em territórios vulnerabilizados. **Serviço Social Em Perspectiva**. Montes Claros (MG), volume 5, número 1, jan./jun. 2021, 51-64.

STF - Supremo Tribunal Federal. **Esclarecimento sobre decisões do STF a respeito do papel da União, dos estados e dos municípios na pandemia**. Publicado em 18 jan 2021. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=458810&ori=1>> Acesso 24 jul 2021.

UFPE. O funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial durante a pandemia. **Momento Saúde**: 2020. Disponível em: <<https://sites.ufpe.br/rpf/2020/07/08/o-funcionamento-dos-centros-de-atencao-psicossocial-durante-a-pandemia/>> Acesso 07 maio 2021.

UMA – União de Mães de Anjos. In: **Facebook**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/uniaodemaesdeanjos/about/>> Acesso em 03 maio 2021.